

# Detalhe de Oferta de Emprego

**Código da Oferta:** OE201702/0020

**Tipo Oferta:** Procedimento Concursal para Cargos de Direção

**Estado:** Pendente

**Nível Orgânico:** Ministério da Cultura

**Organismo:** Direção-Geral do Património Cultural

**Regime:** Cargos não inseridos em carreiras

**Cargo:** Direção Intermédia de 1º grau

**Área de Actuação:** Departamento de Museus, Conservação e Credenciação.

**Remuneração:** 2987,25

**Suplemento Mensal:** 311.21 EUR

**Conteúdo Funcional:** Ao Diretor de Serviços do Departamento de Museus, Conservação e Credenciação da DGPC compete, além do exercício das competências constantes do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, assegurar o exercício das competências que se encontram consignadas no artigo 3.º da Portaria n.º 223/2012, de 24 de julho.

**Habilitação Literária:** Licenciatura

**Descrição da Habilitação:** História ou História de Arte, valorizando-se a formação pós-graduada em Museologia.

**Perfil:**

- a) Aptidão técnica para o exercício de funções de direção, organização e controlo e capacidade de liderança e motivação de equipas pluridisciplinares;
- b) Experiência profissional e conhecimentos comprovados nas áreas de atuação da unidade orgânica, designadamente nas vertentes da museologia, da credenciação e qualificação de museus e da conservação;
- c) Experiência profissional na promoção e desenvolvimento de projetos nacionais e internacionais na área do Património Cultural, designadamente no que respeita ao estudo e valorização dos museus, das coleções e dos públicos;
- d) Experiência profissional na articulação e coordenação de redes de museus;
- e) Conhecimentos da legislação de enquadramento da Rede Portuguesa de Museus e domínio das políticas e problemáticas culturais contemporâneas, em particular nas áreas de competência do DMCC.

Cumulativamente, avaliação curricular e entrevista pública. A seleção é feita por escolha e recairá no candidato que, em sede de apreciação de candidaturas e de entrevista pública, melhor corresponda ao perfil requerido para o desempenho do cargo, podendo o júri considerar que nenhum dos candidatos reúne condições para ser designado, de acordo com o disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

A classificação final dos candidatos é expressa de zero a vinte valores, arredondada às centésimas e efetuada de acordo com a seguinte fórmula:  
 $CF = (AC + EPub) / 2$

**Métodos de Seleção a Utilizar:**  
Em que:  
CF = Classificação Final  
AC = Avaliação Curricular  
EPub = Entrevista Pública

A classificação final da avaliação curricular será obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$AC = (HA + FP + 4EP) / 6$

Em que:

HA = Habilitação Académica

FP = Formação Profissional

EP = Experiência Profissional

Presidente: Arq. Paula Araújo Pereira da Silva, Diretora-Geral da DGPC.

Vogais:

Mestre Rui Jorge Zacarias Parreira, Diretor de Serviços dos Bens Culturais da

**Composição do Júri:** Direção Regional de Cultura do Algarve;

Doutor António Manuel de Almeida Camões Gouveia, Professor Auxiliar da

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

## Locais de Trabalho

---

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Direção-Geral do Património Cultural	1	Palácio Nacional da Ajuda		1349021 LISBOA	Lisboa	Lisboa

---

**Total Postos de Trabalho:** 1

**Requisitos Legais de Provimento:** A- Os constantes do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

**Requisitos de Nacionalidade:** Sim

**Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social:** Aviso 1331/2017, publicado no DR 2ª série, nº 24, de 2/fev; Diário de Notícias

## Apresentação de Candidaturas

---

**Local:** Direção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa

- Formalização da Candidatura:** 1 – As candidaturas deverão ser formalizadas, sob pena de exclusão, no prazo de dez dias úteis a contar da data de publicitação do presente aviso na BEP, mediante requerimento elaborado nos termos dos artigos 102.º do Código do Procedimento Administrativo e 24.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, dirigido ao presidente do júri do procedimento concursal, podendo ser entregues pessoalmente no serviço de expediente e arquivo da DGPC, sito no Palácio Nacional da Ajuda, ala Norte, 1349-021 Lisboa, no horário de expediente (das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30), ou remetidas através de correio registado com aviso de receção, dentro do prazo fixado, para a mesma morada.
- 1.1 - Não serão admitidas candidaturas enviadas por correio eletrónico.
- 2 – Do requerimento devem constar os seguintes elementos:
- 2.1 - Identificação do procedimento concursal a que se candidata, com referência ao número do aviso publicado no Diário da República, número da oferta de emprego publicitada na BEP e identificação do cargo a que se candidata;
- 2.2 - Identificação completa do candidato (nome, naturalidade, estado civil, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade/ cartão de cidadão e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal, contato telefónico e endereço de correio eletrónico);
- 2.3 - Carreira e categoria detidas pelo candidato, serviço a que pertence e tempo de serviço efetivo na função pública;
- 2.4 - Habilitações literárias e qualificações profissionais, bem como a experiência profissional, com indicação sumária das funções relevantes para o cargo a que se candidata.
- 3 – O requerimento de candidatura deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:
- 3.1 - Curriculum vitae detalhado, datado e assinado, onde conste a experiência profissional detida, nomeadamente as funções exercidas que sejam relevantes para o cargo a que se candidata e respetivos períodos de exercício, a formação profissional relacionada com a área funcional do lugar a prover, com indicação de cursos e ações de formação finalizados, bem como qualquer outro elemento considerado relevante para a apreciação curricular;
- 3.2 - Cópia de documento comprovativo das habilitações literárias;
- 3.3 - Cópia dos documentos comprovativos das qualificações profissionais, com indicação das entidades promotoras, datas de realização e respetiva duração;
- 3.4 - Declaração emitida pelo serviço de origem a que o candidato pertence, devidamente autenticada e atualizada (com data reportada ao período estabelecido para a apresentação das candidaturas), da qual conste, de forma inequívoca, a modalidade de relação jurídica de emprego público de que é titular, a carreira e a categoria, bem como a posição remuneratória detidas, a antiguidade na função pública, na carreira e categoria e o tempo de serviço no exercício de cargos de chefia, caso exista.
- 3.5 - Outros elementos instrutórios constantes do curriculum vitae considerados adequados pelo candidato para a verificação dos requisitos e das características do perfil requerido.
- 4 - A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos legais de provimento, bem como os indispensáveis para efetuar a avaliação do candidato, determina a exclusão do procedimento concursal.
- 5 - A não apresentação dos restantes documentos determina a não valorização dos factos ou situações que por eles deveriam ser comprovados, salvo em caso de mera irregularidade ou quando seja de admitir que a sua não apresentação se tenha devido a causas não imputáveis a dolo ou negligência do candidato. Neste caso, o júri pode, por sua iniciativa ou a requerimento do interessado, conceder um prazo suplementar para apresentação dos documentos.
- 6 – Assiste ao júri do procedimento concursal a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação descrita, a apresentação de documentos autênticos ou autenticados comprovativos das suas declarações.

**Contacto:** 213650809

**Data de Publicação** 2017-02-07

**Data Limite:** 2017-02-21

**Observações Gerais:** 1 – Os requisitos legais de provimento são os constantes do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, designadamente:

- a) Trabalhadores em funções públicas, contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados e dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo;
- b) Trabalhadores possuidores de 6 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja legalmente exigível uma licenciatura.

2 - A titularidade de licenciatura ou grau académico superior em História, História de Arte ou Museologia constitui critério preferencial mas não impeditivo da admissão ao procedimento concursal de candidatos com formação académica em diferentes áreas disciplinares.

3 – Os candidatos serão notificados do resultado do procedimento concursal, não havendo lugar a audiência dos interessados, conforme o estabelecido no n.º 13 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

4 – Face à urgência do procedimento concursal, a notificação dos candidatos será efetuada preferencialmente para o endereço de email indicado no respetivo processo de candidatura.

5 – Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

#### **Admitidos**

**Masculinos:**

**Femininos:**

**Total:**

**Total SME:**

**Total Com Auxílio da BEP:**

#### **Recrutados**

**Masculinos:**

**Femininos:**

**Total:**

**Total Portadores Deficiência:**

**Total SME:**

**Total Com Auxílio da BEP:**